



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 17/2013

SESSÃO ORDINÁRIA DE 9 DE SETEMBRO DE 2013

----- Aos nove dias do mês de setembro do ano dois mil e treze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Moraes, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Silvino Manuel Gomes Sequeira, Carlos Alberto Nazaré Almeida e Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva. -----

----- Quando eram quinze horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Senhora Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente sessão. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: quatrocentos e noventa e sete mil, trinta e um euros e setenta e dois cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e setenta e dois mil, trezentos e vinte e dois euros e noventa e cinco cêntimos. -----

----- **COMPETÊNCIA DELEGADA** -----

----- Ao abrigo da previsão do nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, a Câmara tomou conhecimento que, no uso da competência delegada e subdelegada, o Vereador Carlos Fernando Frazão Correia proferiu despachos sobre assuntos emanados da Unidade de Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, e a Presidente da Câmara da Subunidade de Contabilidade – neste caso referente à vigésima Alteração/Modificação ao Orçamento 2013, Despesa – décima oitava Alteração /Modificação às Grandes Opções do Plano 2013, Atividades Mais Relevantes - décima oitava Alteração/Modificação às Grandes Opções do Plano 2013, Plano Plurianual de Investimentos, os quais constam da pasta de documentos anexos a esta ata. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE SETEMBRO DE 2013

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para voltar a fazer referência ao processo de expropriação do terreno do Eng.º Álvaro Ascenso dos Santos. Disse tratar-se de um assunto que infelizmente tem que voltar a falar por considerar que deveria estar resolvido e que espelha bem o que de pior se passa, muitas das vezes, na administração e nos tribunais e na relação destas entidades com os cidadãos. -----

----- Afirmou que tem acompanhado este processo e que sobre ele fez já algumas intervenções, que tem estudado alguns documentos que lhe chegaram, muito poucos pela Câmara, e que pela análise dos documentos facultados concluiu que a estratégia seguida, do ponto de vista jurídico, não é, no seu entender, a mais adequada na defesa do interesse público. Disse que em sua opinião não é bom para o interesse público apresentar recursos fora de prazo e recorrer dos despachos que os considerou fora de prazo e assim se perder a oportunidade de se discutir o que é essencial. Continuou dizendo que pensa que também não será do interesse público continuar a litigar questões que, em seu entender e de acordo com os documentos que analisou, já transitaram em julgado. -----

----- Salientou ainda ter concluído não haver qualquer decisão de Câmara, enquanto órgão executivo, que suporte esta estratégia seguida, e que dado o bom relacionamento que tem existido entre os membros do executivo, imbuído da lealdade que juraram cumprir quando tomaram posse, falou pessoalmente com a Senhora Presidente no sentido de a sensibilizar para a necessidade de fechar este processo, de se procurar o melhor caminho, de se estudar uma saída, tanto quanto possível, solidária e tomar uma decisão na Câmara. -----

----- Relembrou que na última reunião de Câmara solicitou, mais uma vez, o agendamento formal do assunto para esta reunião, conforme se pode verificar na ata, e que este não agendado. Informou que o município fez já chegar a todos os Vereadores, ao Presidente da Assembleia e aos líderes dos Grupos Municipais, cópia de carta enviada à Presidente da Câmara em 16 de agosto de 2013. Referiu que o título do assunto da carta é “Câmara Municipal de Rio Maior impede município de receber indemnização do tribunal” e que na sequência de uma detalhada exposição, o município conclui a posição da Câmara reflete “uso indevido de justiça e má utilização de dinheiros públicos, retaliação e chantagem”. -----

----- Afirmou que estas são graves acusações à Câmara que, enquanto órgão, nunca decidiu ou ratificou as orientações estratégicas jurídicas seguidas neste processo e que ao continuar a não agendar o assunto para a reunião de Câmara, para que se

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE SETEMBRO DE 2013

tome uma decisão e a Câmara seja solidária nesta questão, a consequência será apenas uma e que é a Presidente da Câmara assumir pessoalmente a responsabilidade da condução deste processo e as suas consequências. -----

----- **VEREADOR SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Solicitou informação acerca do andamento da situação do União Desportiva de Rio Maior e da situação da área envolvente ao Modelo, já que na reunião anterior foi referida a eventual marcação de uma reunião para o início de setembro com a Fozmassimo. -----

----- **VEREADORA SARA MARIA CARAPITO SILVA FRAGOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Deu conhecimento do ponto de situação dos preparativos para o início do ano letivo agendado para o dia 13 de setembro com as primeiras reuniões e grande receção aos alunos e para dia 16 de setembro o início efetivo do ano escolar. Informou que no que respeita às responsabilidades da Câmara, designadamente as refeições e os circuitos escolares, ambos estão já definidos e os concursos, que decorrem na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), estão já em fase de conclusão. Mais informou que o procedimento administrativo do concurso das refeições está já em fase de ser remetido ao Tribunal de Contas para o respetivo visto, podendo a empresa que ganhou começar já o fornecimento do serviço. Continuou dizendo que foram já comunicadas à empresa algumas situações e problemas que se verificaram o ano passado para que não ocorram este ano, e acertada a articulação entre a câmara municipal, as escolas e a empresa para que tudo corra devidamente. --

----- Relativamente aos circuitos escolares informou que o procedimento ainda não está concluído, o que obrigou a Câmara Municipal a fazer um ajuste direto com a Rodoviária Tejo, por ter sido a empresa que fez o serviço o ano passado e estar no pleno conhecimento de todos os circuitos e todas as dinâmicas, que irá decorrer até à conclusão do concurso e do procedimento por parte da CIMLT. -----

----- Deu conhecimento que o processo das atividades de enriquecimento curricular (AEC) está a ser desenvolvido pelas escolas, que houve alguns constrangimentos com a afectação de professores ao desenvolvimento destas atividades, pelo que recorreram à plataforma de contratação onde estão inscritos muitos dos professores que já têm prestado esse serviço no nosso concelho, nomeadamente professores que tiveram a sua formação na Escola Superior de Desporto de Rio Maior e que poderão vir a ser contratados para o desenvolvimento destas atividades. Disse ainda que foram

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE SETEMBRO DE 2013

já realizadas reuniões entre as várias entidades, designadamente os agrupamentos de escolas e a Câmara. -----

----- Por fim, informou que irão ter início nesta data as reuniões gerais de pais que as escolas desenvolvem e onde a Câmara estará presente considerou que está tudo pronto, por parte do município e das escolas para que o ano letivo seja um ano de sucesso para todos e haja a estabilidade necessária para um bom ano. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Desejou que efetivamente o ano letivo começa da melhor forma possível para alunos, pais, professores e toda a comunidade escolar. -----

----- Informou, relativamente à reunião acerca da área envolvente ao Modelo, que aguarda o agendamento da mesma por parte da Fozmassimo. -----

----- Relativamente ao processo de expropriação disse não estar na posse de todos os elementos jurídicos, visto ter essa competência delegada, mas disse que, neste momento, não pronunciará porque a Câmara é parte envolvida no processo, processo este que deu entrada em tribunal, não neste mandato, mas sim no mandato anterior por não haver entendimento entre as partes. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Informou que o fontenário que existiu muitos anos na Praça da República foi requalificado e neste momento está em funcionamento junto à igreja no Largo Padre Quartilho e considerou ser sempre importante a conservação do património antigo e que a solução arquitetónica do Arquiteto Rolo Tavares dignificou o espaço. -----

----- Deu também conhecimento que algumas obras da 4ª fase da candidatura já estão cumpridas, com muitos atrasos, como por exemplo as pavimentações em Vale Barco, Correias/Arruda dos Pisões, Casais dos Silvas/Casais da Serra e também a obra do Centro de Estágios. Realçou ainda que a Biblioteca Municipal foi pintada. -----

----- Relativamente ao assunto da expropriação de terrenos do Eng.º Álvaro Ascenso afirmou que já se tinha pronunciado acerca do mesmo na reunião anterior e que nada mais tinha a acrescentar. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Esclareceu que é um facto que o processo teve início em tribunal com o anterior executivo, estando em causa o apuramento do valor da expropriação, situação essa que já transitou em julgado. Afirmou que é a partir daí que se levantam uma série de questões que têm impedido o munícipe de receber a quantia que o tribunal estipulou. Solicitou, por isso, à Presidente da Câmara que avalie bem o processo porque considera as acusações feitas graves e começam, em seu entender, a ter algum

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE SETEMBRO DE 2013

fundamento e afirmou que não é bom para a imagem da Câmara, como entidade de bem, e para a imagem do executivo municipal. Mais acrescentou ainda que de um ponto de vista moral não é justo que o munícipe esteja a ser alvo de uma situação e que acredita que na Câmara ninguém quer ajustes de contas ou situações de perseguição conforme o que vem expresso na carta. Afirmou, no entanto, que quando não se toma posições, quando não se chama a nós a responsabilidade, quando não se assume politicamente as consequências das coisas, podem acontecer efetivamente estas situações que, com toda a certeza, ninguém está interessado. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Concordou com a intervenção anterior e afirmou não se rever no conteúdo da carta em questão. Lamentou que esta situação, que considera uma questão jurídica, muito embora a queiram interpretar como uma questão política, e reafirmou que a Câmara é parte no processo razão pela qual não se irá pronunciar sobre ela. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- CONVITE DO CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DO CONCELHO DE RIO MAIOR “O NINHO” – VISITA DE TRABALHO DO SENHOR MINISTRO DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL -----

----- COMEMORAÇÕES EM HOMENAGEM AO PADRE DIOGO -----

----- ALTERAÇÃO DA DATA DA SEGUNDA REUNIÃO DE CÂMARA DO MÊS DE SETEMBRO PARA DIA 23, ÀS 10 HORAS -----

----- REQUERIMENTO REMETIDO PELO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA DEPUTADA MUNICIPAL DO BE ACERCA DA POSIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVAMENTE À PROPOSTA DE LEI N.º 154/XII -----

----- ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- Relativamente ao requerimento remetido pelo Presidente da Assembleia Municipal informou que inicialmente iria dar resposta ao mesmo, mas que após uma segunda análise considerou que esta posição deveria ser conhecida e tomada pelo executivo municipal. -----

----- Considerou que se trata de questões sem fundamento já este projeto de lei foi vetado pelo Tribunal Constitucional e a Lei referida pelo mesmo, Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, não se aplica à administração local. Mais considerou que estas questões não se colocam porque entende que o princípio da autonomia local permite que as autarquias façam a sua gestão tendo em conta as suas disponibilidades financeiras,

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE SETEMBRO DE 2013

os seus meios e recursos de que necessitam para a prossecução das respetivas atribuições. -----

----- Referiu ainda que a Câmara Municipal de Rio Maior está obrigada até final do ano à redução de 2% dos seus efetivos, e que existem onze pedidos de aposentação já apresentados que se espera que venham a ser concretizados. Acrescentou que no caso de tal não acontecer o município assume a responsabilidade dos consequentes cortes nas transferências do orçamento de estado, se tal não se concretizar e não se reduzir os 2% a Câmara Municipal está obrigada. -----

----- Solicitou, por isso, ao restante executivo qual seria a sua posição e qual deveria a forma da resposta. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA -----

----- Disse que em relação ao requerimento dirigido à Câmara a questão não tem qualquer atualidade na medida em que o Tribunal Constitucional já considerou inconstitucional o projeto que foi apresentado pelo Governo. Acrescentou que, no entanto, deseja que quem ficar no exercício do poder local não venha, num futuro próximo, a ser confrontado de facto com a perspectiva de o poder central, de uma forma intimidatória, dizer que reduz a transferência de verbas se a Câmara não reduzir o seu pessoal. Fez votos para que isso não aconteça e também para que a Câmara Municipal tenha a força e a dinâmica suficiente para, ao invés de estar na perspectiva obrigatória de reduzir o número de funcionários, mantenha uma característica dos últimos anos e aumentar cada vez mais o número de pessoas que trabalham no serviço público e que têm ordenado ao fim do mês, não só por razões económicas mas também por razões sociais. Desejou, nesta perspetiva, que um dia a Câmara Municipal não venha a ser confrontada com uma forma habilidosa e insinuada da administração central ameaçar o poder local com a redução das verbas a transferidas se não ocorrer a redução de pessoal. -----

----- Reforçou que, neste momento, não tem sentido a questão colocada porque basta acompanhar a comunicação social para se saber que de momento a proposta não terá concretização. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Disse que, com o acordo de todos, sendo colocada a questão na sessão da Assembleia Municipal, verbalmente irá dar esta resposta. -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Disse subscrever a intervenção do Vereador Silvino Manuel Gomes Sequeira e aditou que em nada o choca que um deputado municipal questione a Câmara sobre

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE SETEMBRO DE 2013

questões desta natureza, dizendo que o que realmente o choca, e é até ofensivo, é nesse requerimento se ponha sequer em causa que a Câmara use critérios políticos na aplicação da lei. -----

----- No entanto, considera que a Câmara deve, ainda que seja apenas uma proposta de lei, avaliar o seu impacto, estudar a aplicação ao caso concreto e ter uma posição, considerando perfeitamente normal que isso aconteça. Referiu no presente caso o assunto está ultrapassado com o veto do Tribunal Constitucional, mas não lhe parece nada mal que a Câmara estude essas situações e que as acompanhe, até para medir o alcance que se pretende obter. -----

----- Considerou assim que a resposta tem que ser dada e deve ser dada da forma mais correta possível dizendo que grande parte da questão está já desactualizada e que no que respeita à hipótese de usar critérios políticos na aplicação da lei, se por ventura ela estivesse eficaz, a resposta deve ser rigorosa. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Interveio para lamentar que a deputada do Bloco de Esquerda nunca se tivesse preocupado em ter uma palavra de conforto aos executivos que colocaram centenas de pessoas no mapa de pessoal, e referiu que a sua preocupação não é aquilo que passou é o medo daquilo que há-de vir. Disse ainda que tem sido prática habitual do Bloco de Esquerda, na Assembleia Municipal, considerar que os empregados são perfeitamente descartáveis, como se pode ler nas atas da assembleia dito pela própria. Perante isso, escusou-se a mais qualquer comentário. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 68º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO NA SUA REDAÇÃO ATUAL** -----

----- **DESPACHO N.º 44/PRES/2013 – AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES – ANO LETIVO 2013/2014 – ADJUDICAÇÃO** -----

----- A Presidente da Câmara deu conhecimento do despacho emitido, para ratificação pela Câmara Municipal, e informou que a proposta de deliberação é a ratificação do despacho em apreço, através da qual a Presidente da Câmara Municipal determinou, aprovar a adjudicação da aquisição de refeições escolares durante o ano letivo 2013/2014 ao consórcio Gertal – Companhia Geral de Restaurante e Alimentação, S.A./Itau – Instituto Técnico de Alimentação Humana, S.A./Socigeste – Serviços, Indústria e Comércio de Refeições, Lda., no montante de 350 334,30 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE SETEMBRO DE 2013

----- Disse ir tomar uma posição relativamente ao despacho em apreço que não lhe agrada e que tem por hábito ratificar todos os despachos e que o que agora está em questão não é o despacho, nem a urgência do mesmo mas sim a justificação que o próprio irá apresentar. -----

----- Referiu que quando este assunto foi discutido se falou na necessidade de criar emprego em Rio Maior, na necessidade de se tentar arranjar soluções no concelho para as refeições escolares e houve, na altura, a consciência de que efetivamente não havia tempo útil de resposta para que isso acontecesse já no começo deste ano letivo e que ficou na expectativa que este concurso que viria a decorrer seria apenas para o restante ano civil de 2013. Verificou pelos documentos que efetivamente o concurso é para todo o ano letivo, o que o contraria porque continua a pensar que a solução deve para este tipo de situações deve ser local, com melhor resposta para os alunos, não só em termos de qualidade mas também em termos de criação de emprego e em termos do consumo de produtos da zona ou região. Referiu que para além da questão anterior acresce ainda o facto de ele próprio conhecer o trabalho da empresa à qual foi adjudicado o serviço, salientando que não está em questão o trabalho técnico de análise das propostas que foi feito, mas sim o trabalho da própria empresa, levantando sérias dúvidas que esta venha a cumprir o caderno de encargos e as mais recentes recomendações e orientações sobre a qualidade das refeições que diferenciam os alunos nas diferentes idades e nos diferentes ciclos. Concluiu dizendo que estes são os motivos que justificam o seu sentido de voto desfavorável. -----

----- **VEREADORA SARA MARIA CARAPITO SILVA FRAGOSO** -----

----- Disse compreender a posição e esclareceu que as pessoas que vão trabalhar nos refeitórios e nas cozinhas das escolas são do concelho de Rio Maior e embora não sejam detentoras de um contrato estável são efetivamente da área do concelho. –

----- Quanto à qualidade do serviço salientou que foi uma das questões tratadas na reunião realizada com a empresa sendo apresentadas todas as objecções e problemas havidos no ano letivo passado, tendo sido, inclusive, entregue à empresa a legislação saída recentemente, lamentando apenas que esta não tenha saído a tempo de ser incluída nas disposições do caderno de encargos. -----

----- Informou também que, no âmbito dos programas de emprego e estágios a decorrer, foi solicitada a colocação de uma dietista para fazer o acompanhamento próximo da elaboração e serviço das refeições desde a sua génese, ou seja, desde a conceção da refeição, verificando quantidades, alimentos, proporções de proteína e hidratos de carbono, etc., no sentido de melhorar o máximo possível a qualidade do serviço e foi comunicado à empresa que a Câmara fará questão nesse

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE SETEMBRO DE 2013

acompanhamento rigoroso e próximo para que não haja grandes distorções em relação ao que estabelece o caderno de encargos. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com dois votos contra. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Silvino Manuel Gomes Sequeira**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei contra por várias razões e uma delas é a coerência. Ao longo deste mandato tenho, de uma forma sistemática e dentro das minhas possibilidades, chamado à atenção para o executivo camarário da situação do desemprego no concelho de Rio Maior. Numa das sessões, porque me foi fornecido pelos serviços competentes uma relação da atividade profissional de quem estava desempregado e dentro das pessoas desempregadas do concelho de Rio Maior as que registavam, as profissões que registavam um maior número, incluíam-se exatamente no setor da construção e no setor da restauração. Também por várias vezes sugerimos aqui, falou-se, sugerimos aliás, nós, tanto o Dr. Carlos Nazaré como a Dr.^a Cristina, que deveríamos pensar em dar uma ocupação às pessoas que se encontravam na situação de desemprego. Abordamos também, pelo menos na parte que toca, que não tinha sentido havendo tanta gente da restauração no desemprego, existindo as instalações ligadas a cozinhas, enfim um conjunto de equipamentos diversos, porque é que não se criavam condições para chamar essas pessoas que estavam no desemprego em duas vertentes: auxiliá-las dentro das possibilidades do município para criarem a sua própria empresa e simultaneamente sensibilizá-las para criar condições objetivas para que ao invés de estarmos a fazer um concurso, apesar de virem trabalhar pessoas do concelho, mas quem vai adjudicar é uma entidade estranha ao concelho de Rio Maior. Porque é que nós, o poder local que é uma das suas grandes riquezas que tem ao longo dos anos demonstrou sempre isto a capacidade de ir contra o rotativismo, ir contra os processos administrativos, tem que se fazer isto porque a administração diz que tem que se fazer assim, tem que se fazer porque há o decreto-lei número tal, é a capacidade de romper contra esse imobilismo, contra estas decisões meramente administrativas, tem dado a força e projecção ao poder local. Perspectivando-se no próximo quadro comunitário de apoio, especialmente por intervenções do Senhor Primeiro Ministro chamou à atenção que acabaram fundos comunitários para fazer rotundas, para fazer obras em que as políticas de proximidade iam ter uma componente fortíssima, portanto políticas de proximidade para resolver problemas das pessoas e eu não posso de maneira alguma

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE SETEMBRO DE 2013

votar favoravelmente o que está neste momento em causa, porque isto viola completamente os princípios que temos aqui defendido. O votar contra não inviabiliza que isto avance mas pelo menos a minha posição, permita-me Senhora Presidente, é de coerência com esses valores de solidariedade social, é de valores de que o poder local pode responder em muitos casos a problemas sociais que existem em cada um dos concelhos e neste caso, tendo outras hipóteses de aproveitamento que tem a ver com a construção, Rio Maior podia ser pioneiro ou podia seguir o exemplo de municípios pioneiros, e neste caso lamento que tenha que entregar a uma empresa de fora as refeições para os nossos alunos.” -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei contra por três razões. Primeiro, aquela que tem a ver com aquilo que o Dr. Silvino Sequeira disse. De facto isto corta a hipótese de em Rio Maior também darmos uma resposta ao desemprego. Segundo porque não acredito na qualidade do serviço prestado por estas empresas. Terceiro, ainda que haja pessoas de Rio Maior a trabalhar nessas empresas, a relação que essas pessoas de Rio Maior vão ter é com uma outra empresa não havendo uma relação direta, no dia-a-dia, entre quem adjudicou e quem paga, o que vamos ter, no terreno, é pessoas que são de uma terceira empresa, que respondem por uma terceira empresa e não havendo condições diretas de funcionar diretamente com a empresa que adjudicou porque os funcionários que lá estão não são dessa empresa é de uma empresa contratada para ter trabalho temporário, pago à hora, sem subsidio de férias, sem regalias, nada, enfim numa autêntica usurpação do esforço das pessoas.” -----

----- Declaração de Voto da **Vereadora Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva**, subscrita pelo **Vereador Carlos Fernando Frazão Correia**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei favoravelmente por entender que se trata da adjudicação de um serviço essencial para o normal funcionamento e arranque do ano letivo e por entender que a uma semana do ano letivo é imperioso assegurar as refeições escolares às crianças. Esperar que a Câmara Municipal, através dos seus serviços, através da nutricionista, consiga zelar pela racionalidade das ementas, e digo racionalidade das ementas que às vezes não tem muito a ver com o paladar e com o gosto e com aquilo que os pais entendem. Também já passei por isso, sei do que estou a falar. Racionalidade das ementas que são vistas pelos técnicos, espero que assim continue a ser, e esperar que a empresa continue a contratar pessoas de Rio Maior, continue a contratar

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE SETEMBRO DE 2013

cozinheiros, auxiliares e zelar também para que esse serviço seja prestado em condições. Também creio que os pais e as associações de pais e os próprios professores e responsáveis das escolas serão vigilantes e pressionarão a autarquia se as coisas não estiverem a correr bem. É o meu desejo, espero que as crianças consigam usufruir desde o início das refeições escolares como é seu direito e como é obrigação da autarquia.” -----

----- Declaração de Voto da **Presidente da Câmara**, subscrita pelos **Vereadores Carlos Fernando Frazão Correia e Sara Maria Carapito Silva Fragoso**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei favoravelmente, sim, porque infelizmente é uma empresa de fora, mas não havendo empresas cá dentro, a verdade é que emprega pessoas de cá. Portanto se houvesse outra forma de o fazer, aquelas que hoje vão ficar ocupadas, quer como cozinheiras, auxiliares, enfim, e no apoio, iriam essas para o desemprego. Dizer que lamento que sem dúvida que não haja um vínculo definitivo com estes trabalhadores, mas, tanto quanto sei, não há terceira pessoa, é diretamente com a empresa que presta o serviço e de dizer que quando se fala, e estamos aqui a falar é de refeições, sem dúvida que se fala na questão de quem irá prestar esse serviço, daí por sua vez de emprego, com a preocupação que temos do desemprego. Dizer também, nesta declaração de voto que a questão do desemprego, no nosso concelho, presentemente, é assegurada pelo Gabinete de Inserção Profissional, pelas nossas técnicas e muito bem, e pelo Contrato Local de Desenvolvimento Social, que neste momento já está implementado, já está a trabalhar, que apoiam quem está na situação de desemprego, inclusive para a criação do seu próprio emprego.” -----

----- SUBSIDIOS E APOIOS -----

----- PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DESPORTIVA DE CASAIS MONIZES -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o assunto e informou que a proposta de deliberação é a atribuição de comparticipação financeira no valor de cinco mil euros à Associação Cultural e Recreativa Desportiva de Casais Monizes. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- UNIDADE DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE -----

----- REEMBOLSO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS DOS 2º E 3º CICLOS

– EXAMES NACIONAIS -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE SETEMBRO DE 2013

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar o reembolso dos transportes escolares dos alunos do 2º e do 3º ciclo – exames nacionais, no valor de quinze euros e oitenta cêntimos euros. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- VEREADORA SARA MARIA CARAPITO SILVA FRAGOSO -----

----- Informou que este ponto veio em devido tempo à Câmara Municipal e a situação tem a ver com a realização dos exames nacionais depois do período da atividades letivas, quando já não havia circuitos escolares e o passe detido pelos alunos já não ser válido, sendo informado às escolas que os alunos que prestassem exames deveriam guardar os bilhetes e entregar na Câmara Municipal para serem ressarcidos.

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Interveio para saudar o espírito da Câmara porque a falta de acompanhamento da Rodoviária Nacional do calendário escolar tem vindo a originar muitas preocupações aos pais. Salientou que o baixo valor a pagar se deve, por um lado à burocracia e por outro lado ao facto de os pais resolverem o problema com sacrifício próprio. Voltou a dizer que achou bem que a Câmara tenha assumido esta situação e que para o ano se tente que a Rodoviária Nacional, fornecedor único, tenha a dignidade e o respeito pela Câmara e pelos alunos de continuar com as carreiras públicas até ao encerramento efetivo das atividades escolares, ou seja, quando acabam os exames. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- PROTOCOLO COM A ASSOCIAÇÃO REPRESENTATIVA DESPORTIVA E CULTURAL DE VALE DE ÓBIDOS – ANO LETIVO 2013/2014 – SERVIÇO DE REFEIÇÕES -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a transferência de uma comparticipação financeira no valor de trezentos e setenta euros a transferir até 27 de fevereiro de 2014. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- UNIDADE DE CULTURA, PATRIMÓNIO CULTURAL, TURISMO E JUVENTUDE -----

----- CONTRATOS PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, CULTURAL E JUVENIL 2013 – PROPOSTA DE VALORES GLOBAIS -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar os montantes

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE SETEMBRO DE 2013

globais para a realização de contratos programa de apoio ao associativismo riomaioresse para o ano de 2013. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- UNIDADE FINANCEIRA, CONTABILIDADE, APROVISIONAMENTO E PATRIMÔNIO -----

----- REQUALIFICAÇÃO URBANA DAS ENTRADAS DA CIDADE DE RIO MAIOR – PROCESSO N.º 120/2005/SAGEF – RECEÇÃO DEFINITIVA/LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a liberação da caução prestada pela empresa “Tecnovia – Sociedade de Empreitadas, S.A.” relativamente à empreitada da requalificação urbana das entradas da cidade de Rio Maior, dando cumprimento ao artigo 229º do Decreto-lei n.º 59/99, de 2 de março. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- REQUALIFICAÇÃO URBANA DA AVENIDA DR. MÁRIO SOARES E CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA – PROCESSO N.º 19/2004/SAGEF – RECEÇÃO DEFINITIVA/LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a liberação da caução prestada pela empresa “Tecnovia – Sociedade de Empreitadas, S.A.” relativamente à empreitada da requalificação urbana da Avenida Dr. Mário Soares e construção da ciclovia, dando cumprimento ao artigo 229º do Decreto-lei n.º 59/99, de 2 de março. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- GABINETE DE APOIO JURIDICO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA -----

----- CEDÊNCIA ATRAVÉS DE CONTRATO DE COMODATO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DA FREIRIA À ASSOCIAÇÃO GRUPO DESPORTIVO, RECREATIVO E CULTURAL DA FREIRIA -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é avocar a competência prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação, delegada na Presidente da Câmara através da deliberação tomada em reunião do dia 09.12.2009, para, neste caso concreto, aprovar a cedência, através

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE SETEMBRO DE 2013

de contrato de comodato, do prédio identificado na mencionada informação, Associação Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural da Freiria. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA AO ABRIGO DA LEI N.º 107/2001, DE 8 DE SETEMBRO REFERENTE A PRÉDIOS EM MARINHAS DO SAL, FREGUESIA DE RIO MAIOR EM NOME DE MARTA NUNES, ADVOGADA -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é não exercer o do Direito de Preferência ao abrigo do artigo 37º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, sobre metade ($\frac{1}{2}$) de um prédio urbano, composto por casa de arrecadação de sal, com área de 24m², sito em Marinhas do Sal, pelo valor de € 10.000,00 (dez mil euros), duas partes de um prédio rústico (uma com 37,5 m² e outra com 60 m²), composto por salina, pelo valor de € 3.000,00 (três mil euros) e de um prédio rústico, composto por salina, com área de 20m², sito em Salinas, pelo valor de € 1.300,00 (mil e trezentos euros), todos no concelho de Rio Maior. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **unanimidade por maioria** dos presentes. ----

----- (A Vereadora Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva ausentou-se da sala no momento da votação por impedimento de participar na mesma.) -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 16/2013 referente à sessão ordinária de 23 de agosto. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação a ata n.º 16/2013 foi aprovada por maioria com a abstenção da Presidente da Câmara por não ter estado presente na reunião correspondente. -----

----- ASSUNTOS PARA ALÉM DA AGENDA -----

----- CONCESSÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS COMERCIAIS NO MERCADO MUNICIPAL DA CIDADE DE RIO MAIOR – HASTA PÚBLICA -----

----- A Presidente da Câmara à votação a admissão do assunto a discussão e consequente deliberação. -----

----- Foi **aprovada por unanimidade a admissão** do assunto à presente reunião. -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE SETEMBRO DE 2013

disponibilizados justificando a urgência no início do procedimento e informou que a proposta de deliberação é aprovar o programa de concurso, o edital e a constituição da Comissão de Análise de propostas referentes ao procedimento em hasta pública para concessão dos espaços comerciais do mercado municipal e autorizar a abertura do referido procedimento. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA -----

----- Disse ter sido abordado acerca com o facto de pessoas que não estão em permanência no mercado terem ficado com bancas em detrimento de pessoas que diariamente ali estão e solicitou esclarecimentos sobre esta questão. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Informou que houve um procedimento de hasta pública e que as bancas foram entregues a quem licitou mais alto. -----

----- CHEFE DE UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS -----

----- Esclareceu ainda que se tratou de um procedimento em que o programa de execução diz claramente que quem incorrer em mais de trinta dias de faltas pode vir a perder a concessão e que só a requerimento do interessado as faltas poderão ou não vir a ser consideradas como justificadas. Acrescentou que houve efetivamente pessoas que ganharam bancas que só vêm aos sábados e que nesse sentido poderão estar a ocupar bancas que poderiam ser ocupadas diariamente, reforçando que aquilo que foi transmitido foi que as faltas só seriam justificadas mediante uma justificação que possa vir a ser aceite pelos serviços. -----

----- VEREADOR SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA -----

----- Salientou que de facto quem vem apenas uma vez tem mais poder aquisitivo do que aqueles que têm que vir todos os dias e quis deixar a chamada de atenção conforme lhe foi também transmitido acerca do assunto. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- ENCERRAMENTO -----

----- Quando eram dezasseis horas e quinze minutos, a Senhora Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi. -----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 9 DE SETEMBRO DE 2013

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS:_____